

Ministros recomendam uma auditoria no SUS

O presidente Itamar Franco recebe, nos próximos dias, o relatório das medidas sugeridas pelos Ministérios da Saúde e do Planejamento para a racionalização dos gastos do governo federal com saúde e melhoria do atendimento à população.

Entre as propostas está a contratação de auditoria independente para o Sistema Unificado de Saúde (SUS) e redução, em 400 mil, do número de Autorização para Internação Hospitalar (AIH), calculadas de acordo com os dados da população brasileira, divulgados pelo IBGE.

As propostas foram discutidas do ponto de vista jurídico e operacional pelos secretários executivos da Saúde, Dioclécio Campos Jr., e do Planejamento, Raul Jungman.

Segundo o Ministério de Saúde, apenas ontem Santillo recebeu a conclusão do trabalho. Assessores do Palácio do Planalto, no entanto, informam que a apresentação do resultado vinha sendo protelada por Santillo. O relatório estaria pronto, mas o ministro da Saúde nunca estaria disponível para reuniões.

Sugestões - As medidas têm como base as sugestões feitas pela comissão interministerial que analisou os gastos públicos federais com saúde.

A comissão recomendou a realização de estudos e experiências pilotos em cinco estados e 100 municípios para prestação de serviços de saúde diretamente por estados e municípios.

Também recomendou a implanta-

ção do Sistema Nacional de Auditoria que, de acordo com o Ministério da Saúde, já funciona. Outra medida é a substituição do Datasus por um sistema de processamento de dados descentralizado nos estados e municípios.

A comissão interministerial recomendou ainda o prosseguimento da reestruturação do Ministério da Saúde, atualmente em estudo na Secretaria de Administração (SAF).

Também sugeriu a revisão do cadastro de estabelecimentos de saúde contratados e conveniados e a suspensão de modificações em tabelas de AIH que representem aumentos de custo. Ambas as medidas, segundo o Ministério da Saúde, estão em funcionamento.

Outra medida sugerida, já em vigor, é a implantação de conta hospitalar única para controle, pelo cidadão, dos lançamentos/custos do serviço.

A comissão sugeriu ainda a proposição de mecanismos de reembolso ao governo dos custos de atendimento prestado a beneficiários de planos de saúde.

O relatório final da comissão interministerial, concluído em junho, apontou um índice de 28% de fraudes no uso das autorizações de internações e de consultas.

A comissão interministerial foi criada por Itamar para investigar porque, em seu governo, aumentaram as dotações para a saúde ao mesmo tempo em que caiu a qualidade do atendimento.